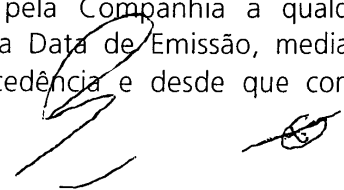


FERRONORTE S.A. – FERROVIAS NORTE BRASIL
Companhia Aberta


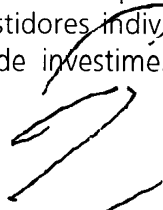
C.N.P.J./M.F. n.º 24.962.466/0001-36
N.I.R.E.: 51.300.004.453

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2003 E ENCERRADA NO DIA 07 DE JANEIRO DE
2004

I – **Data, Hora e Local:** Aos 19 (dezenove) dias do mês de dezembro de 2003, às 14:00 horas, na sede social, situada na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2.000, sala 308. Suspensa a deliberação, foi a mesma retomada aos 7 (sete) dias do mês de janeiro de 2004, mesmo horário e local. II - **Convocação:** Edital de Convocação publicado no Jornal “A Gazeta”, nos dias 04, 05 e 06 de dezembro de 2003, e no “Diário Oficial do Estado do Mato Grosso”, nos dias 03, 04 e 05 de dezembro de 2003. III – **Quórum de Instalação:** Acionistas representando 95,62% do capital social da Companhia. IV – **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Sálvio José Luiz; Secretário: Sr. Hécio Campos Botelho. V - **Ordem do Dia:** (i) Exame, discussão e votação da proposta relativa à emissão de 80 (oitenta) Notas Promissórias (*commercial papers*) da Companhia, no valor total de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) (4ª emissão); e (ii) Alterações nas características e condições das debêntures da 5ª Emissão da Companhia. VI - **Deliberações tomadas por unanimidade dos presentes:** Foi suspensa a deliberação sobre os itens da Ordem do Dia e retomada no dia 07 de janeiro de 2004, no mesmo horário e local. Os acionistas presentes deliberaram: (i) autorizar a 4ª emissão de até 80 (oitenta) notas promissórias, para distribuição pública no mercado brasileiro (a “4ª Emissão” e as “Notas Promissórias”), com as seguintes características básicas: (1) **Valor Total da 4ª Emissão:** o valor total da 4ª Emissão será de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); (2) **Número de Séries:** a 4ª Emissão terá uma única série; (3) **Quantidade e Valor Nominal Unitário:** serão emitidas até 80 (oitenta) Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (o “Valor Nominal Unitário”); (4) **Preço de Subscrição e Condições de Remuneração:** as Notas Promissórias serão colocadas mediante aplicação de deságio de até 10,9% (dez vírgula nove por cento) sobre seu Valor Nominal Unitário; (5) **Data da Emissão e Forma de Integralização:** para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Notas Promissórias será a data de sua efetiva integralização (a “Data de Emissão”). A integralização será feita em moeda corrente nacional, à vista, quando da subscrição; (6) **Resgate Antecipado:** as Notas Promissórias poderão ser resgatadas antecipadamente pela Companhia a qualquer momento, a partir do 60º (sexagésimo) dia, a contar da Data de Emissão, mediante notificação aos investidores com 7 (sete) dias de antecedência e desde que com a


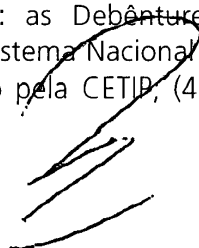


anuência expressa dos titulares. Caso ocorra o resgate das Notas Promissórias, a Companhia extinguirá os títulos; (7) **Prazo de Vencimento**: o prazo de vencimento das Notas Promissórias será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da Data de Emissão. Por ocasião do vencimento, a Companhia obriga-se a, mediante apresentação do respectivo título, proceder o resgate das Notas Promissórias que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário; (8) **Negociação**: as Notas Promissórias serão registradas e admitidas à negociação no mercado secundário, junto ao Sistema de Notas Promissórias (o "NOTA"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a "ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (a "CETIP"); (9) **Local de Pagamento**: os pagamentos referentes às Notas Promissórias serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Notas Promissórias registradas no NOTA ou, para os titulares das Notas Promissórias que não estiverem vinculados ao referido sistema, na sede da Companhia; (10) **Encargos Moratórios**: ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Notas Promissórias, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) multa moratória de natureza não compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial; (11) **Vencimento Antecipado**: Os titulares das Notas Promissórias poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes dos títulos de que sejam detentores e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias, no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do envio da respectiva notificação, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses: (a) protestos legítimos de títulos contra a Companhia, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (b) pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia; (c) decretação de falência da Companhia; (d) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação relacionada à 4ª Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados de aviso por escrito enviado pelo respectivo titular da Nota Promissória; (12) **Procedimento da Distribuição**: A distribuição será pública, com colocação junto ao mercado de balcão não organizado adotando-se o regime de procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13/80, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, e serão atendidos, preferencialmente, os clientes das instituições contratadas para realizar a distribuição; (13) **Público Alvo**: A distribuição será feita com a observância das condições e procedimentos previstos na Instrução CVM n.º 155, de 07 de agosto de 1991, sendo que a colocação das Notas Promissórias da 4ª Emissão se destina a (i) investidores qualificados, dentre os quais as instituições financeiras, as companhias seguradoras e as sociedades de capitalização, as entidades abertas e fechadas de previdência complementar, as pessoas jurídicas não financeiras com patrimônio líquido superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), os investidores individuais que possuam carteiras de valores mobiliários e/ou cotas de fundos de investimentos de valor superior a R\$



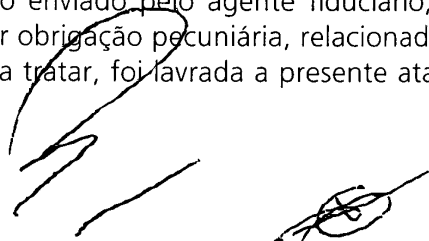
2

250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), e os fundos de investimentos em cotas destinados exclusivamente a investidores qualificados, conforme disposto no artigo 99 da Instrução CVM nº 302/99 e a (ii) fundos de investimento e investidores que detenham carteiras de valores mobiliários em montante superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), quando administradas, discricionariamente, por administrador autorizado pela CVM, os quais, conseqüentemente, são capazes de suportar os riscos relativos à aquisição das Notas Promissórias; e (14) **Garantia:** Não há garantia. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a contratar uma ou mais instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para realizar a distribuição pública das Notas Promissórias e para a função de banco mandatário, bem como a tomar quaisquer outras providências que se façam necessárias a fim de viabilizar a colocação das mesmas. (ii) alterar as seguintes características das debêntures da 5ª Emissão da Companhia (as "Debêntures"): (1) **Condições de Subscrição e Forma de Integralização:** O preço de subscrição das debêntures da 1ª série é o correspondente ao valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios da 1ª série, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição. O preço de subscrição das debêntures da 2ª série é o correspondente ao valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios da 2ª série, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição. A integralização das Debêntures dar-se-á à vista, no ato da subscrição, em (a) moeda corrente nacional, (b) notas promissórias da 3ª e da 4ª Emissões da Companhia, ou (c) quaisquer outros direitos de crédito originados de contratos de empréstimos da Companhia vincendos até a Data de Vencimento; (2) **Procedimento de Colocação:** As Debêntures da 5ª Emissão serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a "ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (a "CETIP"), adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos ou ordem cronológica, sendo atendidos, preferencialmente e na seguinte ordem: (i) as instituições financeiras contratadas para a distribuição, (ii) os titulares da 3ª e da 4ª Emissões de Notas Promissórias da Companhia, e (iii) os clientes das instituições contratadas para a distribuição. As Debêntures da 5ª Emissão serão subscritas durante o prazo de distribuição pública de 6 (seis) meses (o "Prazo de Distribuição"), que terá início após o deferimento do pedido de registro de distribuição pública das Debêntures pela CVM e a partir da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública. As debêntures da 2ª série somente serão colocadas após a colocação das debêntures da 1ª série ou após o cancelamento do saldo não colocado. As Debêntures da 5ª Emissão não colocadas durante o Prazo de Distribuição deverão ser canceladas pela Companhia; (3) **Negociação:** as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, junto ao Sistema Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP; (4) **Local de Pagamento:** Os

3

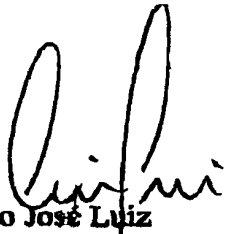
pagamentos dos rendimentos a que fazem jus as Debêntures e/ou amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP ou, caso o titular da Debênture não participe desse sistema, na sede social da Companhia; (5) **Poder Liberatório**: Na hipótese de inadimplemento no pagamento dos juros remuneratórios da 2ª série e/ou das parcelas de amortização das Debêntures da 2ª série da 5ª Emissão, os titulares das Debêntures da 2ª série individualmente poderão optar por utilizar os valores inadimplidos como forma de pagamento de valores devidos à Companhia, decorrentes de contrato de serviço de transporte ferroviário firmado entre o respectivo titular das Debêntures da 2ª série da 5ª Emissão, na qualidade de contratante, e a Companhia, na qualidade de contratada (o "Poder Liberatório"). O exercício do Poder Liberatório estará sujeito às seguintes condições: (i) inadimplemento da Companhia em relação ao pagamento de juros remuneratórios ou amortização das Debêntures da 2ª série, de acordo com procedimentos a serem ajustados na escritura de emissão das debêntures; (ii) existência de contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário firmado entre o respectivo Debenturista da 2ª série e a Companhia; c (iii) não serão atendidos pedidos para exercício de Poder Liberatório caso o atendimento possa resultar no descumprimento pela Companhia das obrigações previstas no Contrato de Caução de Receita e Outros Pactos, firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BMC S.A. e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, em 14 de agosto de 2001; e; (iv) a Companhia deverá obter a quitação das parcelas vencidas referentes às Debêntures detidas pelos Debenturistas da 2ª Série que não tenham solicitado o exercício do Poder Liberatório, e ou que não tenham sido atendidos.


Os demais termos e condições a serem observados pela Companhia e pelos titulares das Debêntures da 2ª Série, com relação ao Poder Liberatório, deverão ser estabelecidos no respectivo instrumento de escritura da 5ª Emissão; e (6) **Vencimento Antecipado**: O agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das Debêntures da 5ª Emissão, e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios calculados "*pro rata temporis*", desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) protestos legítimos de mais de 5 (cinco) títulos contra a Companhia, em valor individual superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se houver o cancelamento no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua ocorrência, (ii) pedido de concordata preventiva ou auto falência formulado pela Companhia, (iii) decretação de falência da Companhia; (iv) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária, relacionada à 5ª Emissão, não sanada em 15 (quinze) dias contados de aviso por escrito enviado pelo agente fiduciário; e (v) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária, relacionada à 5ª Emissão. VII – **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que,



lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. VIII – **Assinaturas:** Presidente: Sálvio José Luiz, Secretário: Hécio Campos Botelho. IX - **Acionista:** BRASIL FERROVIAS S.A.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio e arquivada na sede social.


Sálvio José Luiz
Presidente


Hécio Campos Botelho
Secretário

